



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA



**UFSC NA MÍDIA - CLIPPING
11 e 12 de agosto de 2012**

Diário Catarinense

Informe Político

“Culpa da greve”

Professor de Arquitetura Lino Peres / PT / Candidatura indeferida / Vereador / TRE-SC / UFSC / Greve



A Notícia

Portal

“Segundo prédio”

UFSC / Campus da Curva do Arroz / Estacas / Segundo prédio

Segundo prédio

Demorou para iniciar, mas está andando. Na semana, começa a colocação das estacas do segundo prédio da UFSC no campus da Curva do Arroz. O primeiro, para salas de aula, já recebeu as estacas. O campus será utilizado a partir de 2014. Até lá, as aulas continuam em prédio alugado.

Diário Catarinense - Moacir Pereira

“Máquina federal parando em SC”

Greves / Governo Dilma / Ministra das Relações Institucionais Ideli Salvatti / Polícia Federal / Polícia Rodoviária Federal / Anvisa / Servidores / Professores das universidades / Ministro da Educação Aloizio Mercadante

Máquina federal parando em SC

E quívocos políticos do governo Dilma e greves decretadas em cadeia em diversas repartições federais transferem a impressão de caos generalizado e ausência de autoridade.

Vive-se hoje um cenário delicado, grave e preocupante. A presidente da República, com recordes de aprovação, decidiu jogar duro com as primeiras greves que atingiram o serviço federal. A ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, em duas manifestações aqui em Santa Catarina, defendeu a estratégia do governo. A crise financeira está batendo no Brasil, os reflexos já são reais, e o governo decidiu priorizar medidas para proteger o setor privado, cujos trabalhadores não têm estabilidade. Resultado: Dilma não negociou com os grevistas e não indicou porta-voz para monitorar o protesto. Pior: as greves entraram num perigoso efeito dominó, com adesões até de setores estratégicos ligados à segurança, como a Polícia Federal. E agora até a ameaça da Polícia Rodoviária Federal, com esta absurda cogitação de interromper as pontes de Florianópolis. Ai, sim, o caos estará estabelecido no Estado.

Para enfrentar a greve dos fiscais da Anvisa, o Palácio do Planalto optou por uma alternativa de difícil execução: a assinatura de decreto que permite convênios para a transferência dos serviços de fiscalização aos estados e municípios. O problema é que aqui em Santa Catarina há problemas salariais e os fiscais estaduais não querem substituir os federais.

E A LEI?

E sabem o que causa mais indignação? Os servidores fazem greve, prejudicam camadas inteiras da população, causam prejuízos milionários a empresas e profissionais, ficam sem trabalhar e, no início do mês, os salários são creditados integralmente em suas contas bancárias.

É fato que há segmentos do funcionalismo merecendo reposição salarial. Recebem baixa remuneração e estão com carga horária elevada. Mas há outros com salários muito acima daqueles pagos pela iniciativa privada que cruzam os braços por reajustes, numa conjuntura delicada e marcada, internacionalmente, por perdas de benefícios salariais e até demissões, como se viu na Grécia, Portugal, Espanha, etc.

Errou o governo nesses mais de dois meses. Os professores das universidades deixaram de dar aulas e o ministro da Educação, o petista Aloizio Mercadante, parecia voando em Marte. Os fiscais da Anvisa suspenderam as liberações e o ministro da Saúde em outra órbita. O mesmo com os demais ministros cujos funcionários pararam tudo.

E os senadores e deputados, incluindo os governistas, o que fizeram para impedir esta desordem? Nada! Justo eles, que são os culpados por esta bagunça federal. Garantiram o direito de greve no serviço público e em 24 anos – mais de duas décadas – não aprovaram a regulamentação.

Eles erram, manipulam e se omitem. E a população, como sempre, paga a conta. Muitas vezes, com a própria vida.

Notícias do Dia - Brasil

“Greve federal: Reitor que pagar salário poderá ser punido”

Advogado-Geral da União Luís Inácio Adams / Reitores das universidades federais /
Improbidade administrativa / Nomes dos professores e funcionários em greve /
Tribunal Superior do Trabalho – TST

GREVE FEDERAL

Reitor que pagar salário poderá ser punido

BRASÍLIA — O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, disse sexta-feira, que reitores de universidades federais que não informam os nomes de professores e funcionários em greve serão responsabilizados por improbidade administrativa. Quando um reitor não informa ao governo quais são os servidores em greve, todos permanecem recebendo os salários normalmente, mesmo sem trabalhar. A paralisação nas universidades federais já dura três meses.

“Isso vai ter que ser apurado adiante, porque esses reitores, ou esses agentes, estão em situação de improbidade”, disse o ministro da Advocacia-Geral da União.

Embora o governo já tivesse sugerido esse tipo de procedimento punitivo, esta é a primeira vez que um integrante do alto escalão fala em público a respeito.

A improbidade por parte dos reitores estaria acontecendo “porque o desconto é um dever do administrador. Não é um direito, não é uma faculdade”. Adams afirmou que “a faculdade que a greve oferece, que a lei oferece, é negociar os dias parados”.

Adams afirmou que o não pagamento de salários a grevistas “é uma jurisprudência pacífica” do TST (Tribunal Superior do Trabalho). O governo atuará nos próximos dias e semanas para que todos os servidores parados não recebam mais seus vencimentos. “Vão ser descontados. Tenha a certeza! Os servidores em greve, no período em que permanecerem em greve, terão seus salários descontados.”

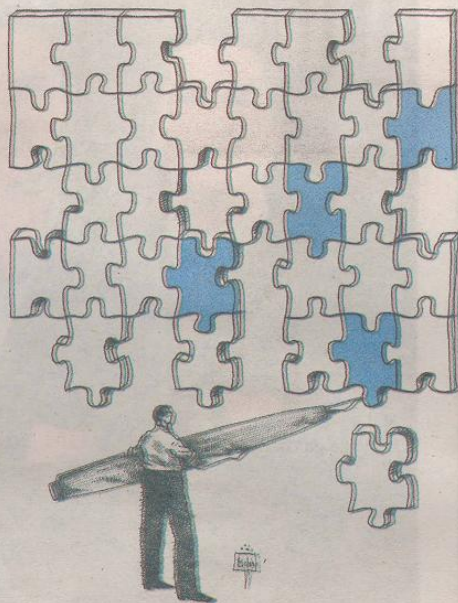
Diário Catarinense - Editorial

"Cota de qualidade"

Congresso Nacional / Lei das Cotas / Vagas em universidades federais / Escolas públicas / Reitores / Ministério da Educação / Autonomia das instituições / Políticas afirmativas / Qualificação do ensino básico

COTA DE QUALIDADE

Diário Catarinense-Editorial



Recentemente aprovada pelo Congresso e no aguardo da sanção presidencial, a chamada Lei das Cotas, que prevê a reserva de 50% das vagas de todos os cursos das universidades federais para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, está provocando contrariedade dos reitores e hesitação do Ministério da Educação. As universidades alegam que a nova legislação fere a autonomia das instituições e desrespeita as especificidades regionais, além de concorrer para a queda de qualidade do ensino superior. Mas praticamente todas são favoráveis a políticas afirmativas e a maioria já adota percentuais próprios para a inclusão de cotistas.

A maior preocupação dos diretores e professores é com a qualidade de cursos que já alcançaram padrões de excelência, como, por exemplo, a Medicina. Na Universidade Federal de São Paulo, por exemplo, o percentual de cotas sociais para este curso é de 10%. O aumento repentino de alunos egressos da rede pública dificilmente deixará de afetar o rendimento das turmas. O reitor da Universidade Federal Fluminense, Roberto Salles, identificou

A melhor ação afirmativa que este país poderia executar é a qualificação do ensino básico, para que os alunos da escola pública, independentemente da origem racial, possam, efetivamente, disputar vagas na universidade em condições de igualdade com os demais estudantes.

bem o sentimento de seus colegas em relação à mudança, ao dizer que "o Senado está transferindo a responsabilidade do ensino médio de qualidade, que cabe aos governadores e prefeitos, para as universidades".

Este é o ponto: a melhor ação afirmativa que este país poderia executar é exatamente a qualificação do ensino básico, para que os alunos da escola pública, independentemente da origem racial e das condições econômicas de suas famílias, possam, efetivamente, disputar vagas na univer-

sidade em condições de igualdade com os demais estudantes. Evidentemente, ninguém pode ser ingênuo a ponto de acreditar que séculos de negligência e exclusão serão resolvidos com uma decisão política. Mas também não se pode achar que o sistema de cotas é a solução definitiva e que basta ir elevando os percentuais para se promover a justiça.

Justo mesmo seria investir fortemente na qualificação do ensino fundamental e do ensino médio, de modo que os estudantes da rede pública pudessem chegar ao vestibular habilitados a disputar vagas sem a necessidade do rótulo da discriminação. Se isso é um trabalho para décadas, que pelo menos se preserve o bom senso e se revise esta imposição genérica do Congresso, que aponta para o retrocesso em instituições que já avançaram muito. Há casos, por exemplo, em que percentuais já definidos de cotas raciais poderão ser reduzidos pela adoção da proporcionalidade baseada no censo do IBGE, como determina a polêmica legislação. Melhor fará o governo se negociar diretamente com as universidades para a adoção de modelos adaptados às peculiaridades locais, em vez de cair na armadilha do racismo politicamente correto.

A Notícia
Opinião do Grupo RBS

“Cota de qualidade”

Congresso Nacional / Lei das Cotas / Vagas em universidades federais / Escolas públicas / Reitores / Ministério da Educação / Autonomia das instituições / Políticas afirmativas / Qualificação do ensino básico

OPINIÃO DO GRUPO RBS

Cota de qualidade

Recentemente aprovada pelo Congresso e no aguardo da sanção presidencial, a chamada Lei das Cotas, que prevê a reserva de 50% das vagas de todos os cursos das universidades federais para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, está provocando contrariedade dos reitores e hesitação do Ministério da Educação. As universidades alegam que a nova legislação fere a autonomia das instituições e desrespeita as especificidades regionais, além de concorrer para a queda de qualidade do ensino superior. Mas praticamente todas são favoráveis a políticas afirmativas e a maioria já adota percentuais próprios para a inclusão de cotistas.

A melhor ação afirmativa que este País poderia executar é exatamente a qualificação do ensino básico, para que os alunos da escola pública, independentemente da origem racial e das condições econômicas de suas famílias, possam efetivamente disputar vagas na universidade em condições de igualdade com os demais estudantes.

Evidentemente, ninguém pode ser ingênuo a ponto de acreditar que séculos de negligência e exclusão serão resolvidos com uma decisão política. Mas também não se pode achar que o sistema de cotas é a solução definitiva e que basta ir elevando os percentuais para se promover a justiça.

Notícias do Dia
Ricardinho Machado

“Ninologia”

Servidores paralisados / Alunos da UFSC / Bar da Nina

Ninologia

Os servidores já vão para 60 dias paralisados. E os alunos da UFSC se encaminham pra isso. Não é à toa que batem ponto todos os dias no bar da Nina, numa das principais entradas para o campus universitário. Maioria deles são calouros que passam em mesas fartas tardes e tardes, sorvendo uma gelada e estudando “ninologia”:

Notícias do Dia – Cartas

“Biblioteca do HU”

Sala de Leitura Salim Miguel / Hospital Universitário – HU / UFSC / Falta de funcionários / Academia Catarinense de Letras – ACL / Péricles Prade / Adoção da biblioteca do HU

Biblioteca do HU
Uma reflexão pública, quem sabe uma alternativa/ solução para a dificuldade de funcionamento da Sala de Leitura Salim Miguel, no HU (Hospital Universitário da UFSC). Segundo matéria do *Notícias do Dia* de quinta-feira, dia 8, no caderno Plural, a sala amanheceu fechada, porque carece de gente para fazer funcionar a biblioteca, que presta serviços de grande importância para os pacientes daquele hospital. Vejam todas as razões para que não se feche a biblioteca, segundo a matéria a que me referi. No ND da quarta-feira, 7, no mesmo

caderno Plural, o presidente reconduzido da Academia Catarinense de Letras, Péricles Prade, defendeu em entrevista a abertura da ACL ao público, e cita exemplos de ações já realizadas. Por que a Academia não adota a biblioteca do HU, que tem muito a ver o propósito daquela casa? Contatos e trânsito na área é que não faltam ao presidente e integrantes da ACL. Seria uma baita contribuição social e cultural.

Élzio do E. Santo Oliveira

Notícias do Dia-Cartas

Notícias do Dia – Classificados

“Ministério da Saúde e UFSC promovem curso para enfermeiros”

Enfermeiros / Curso de especialização em linhas de cuidado em enfermagem / UFSC / Ministério da Saúde

 VAGAS.

Ministério da Saúde e UFSC promovem curso para enfermeiros

Enfermeiros de todo Estado podem participar do curso de especialização em linhas de cuidado em enfermagem nas opções: “saúde materna neonatal e do lactente”; “atenção psicossocial”, “urgência e emergência”; ou “doenças crônicas não transmissíveis”. O curso está sendo oferecido por meio de uma parceria entre o Ministério da Saúde e a Universidade Federal de Santa Catarina. A carga horária é de 405 horas/aula, através da modalidade ensino à distância. As inscrições devem ser feitas por meio do endereço eletrônico www.unasus.ufsc.br/lcenfermagem, até o dia 20 de agosto. Este curso estará aberto a profissionais de todo o Brasil, num total de 1.256 vagas.



Notícias do Dia Caderno Plural

“Bienal para poucos catarinenses”

22ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo / Bruno Henrique Francisco / *O Diário de Inverno* / Marinei Valcanaia / *Metamorfosicamente Pensando* / Cristovão Tezza / Editora da UFSC / Sérgio Luiz Rodrigues Medeiros / Paulo Markun

Bienal para *poucos* catarinenses

Livros. Participação em um dos principais eventos da literatura brasileira se resume a uma editora e alguns escritores

CAROL MACÁRIO
carolmacario@noticiasdodia.com.br
@carolmacario_ND

FLORIANÓPOLIS — Um dos maiores eventos de literatura do Brasil, a 22ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo (começou quinta e segue até o dia 19), tem poucos catarinenses no hall dos escritores e editoras que farão grandes lançamentos. O jovem de Palhoça Bruno Henrique Francisco, de apenas 22 anos, é um deles. Seu nome figura na mesma lista de autores consagrados e outros ilustres, como Ruy Castro, Ziraldo, Maurício de Sousa e até o rei Pelé.

“O Diário de Inverno”, primeiro livro da trilogia “Jardins Suspensos” (Editora Baraúna), será lançado neste domingo, com direito a coquetel e sessão de autógrafos. “Ainda não caiu a ficha”,

comenta o escritor, que é também estudante de cinema. Ele começou a escrever a história aos 13 anos, inspirado na obra de J.R.R. Tolkien, “O Senhor dos Anéis”. A saga conta a história dos Jardins Suspensos, um lugar onde vivem criaturas fantásticas e onde o protagonista, Benjamin Sullivan, parte para uma aventura cheia de enigmas.

O livro “Metamorfosicamente Pensando” (Editora Livrexpressão), de Marinei Valcanaia, 44, também representa Santa Catarina na Bienal. Natural de Guaramirim, ela lançou a obra na última sexta em São Paulo. O título traz pensamentos e reflexões sobre questões como amor, morte, desilusões e outros temas do cotidiano.

Também participa desta Bienal o escritor catarinense radicado no Paraná Cristovão Tezza.

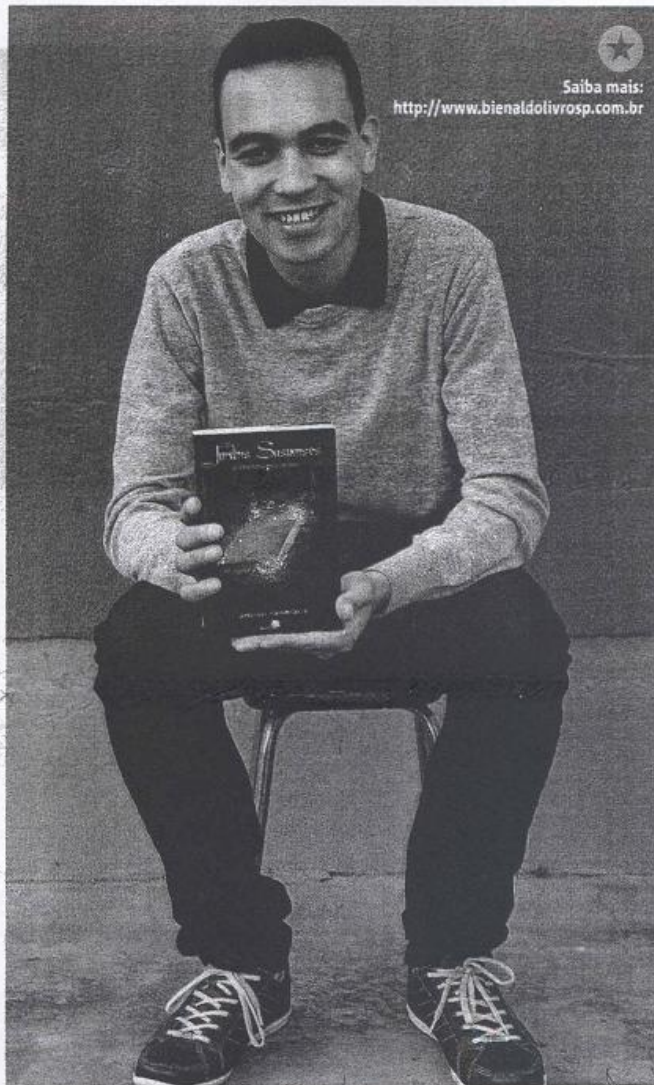


O quê:
22ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo

Quando: até 18/8, 10 às 22h; 19/8, das 10h às 20h, com entrada até as 18h

Onde: no Pavilhão de Exposições do Anhembi (av. Olavo Fontoura, 1.209, Santana, São Paulo)

Quanto: R\$ 12. Grátis para professores, profissionais da cadeia produtiva do livro, bibliotecários, estudantes inscritos pelo sistema de visitação escolar programada, maiores de 60 anos e crianças com até 12 anos



Saiba mais:

<http://www.bienaldolivros.com.br>

FOTOS: APOIANTE LUMA/NO

Autógrafo. Palhocense Bruno Henrique lançará o livro “Jardins Suspensos” neste domingo na Bienal

UFSC entre as maiores

A EdUFSC (Editora da Universidade Federal de Santa Catarina) é a única representante de editoras catarinenses na 22ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo. Ela divide o mesmo estande com editoras universitárias conceituadas como as da USP (Universidade de São Paulo), Unicamp (Universidade de Campinas), UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e UNB (Universidade de Brasília). “Temos certeza que nossos livros têm a mesma qualidade das principais universidades do país”, garante Sérgio Medeiros, diretor executivo da EdUFSC. Segundo ele, a Bienal

funciona como vitrine e a participação é importante para solidificar o projeto editorial. “A Bienal ajuda a ter contato com distribuidoras que levam nossos livros para todo o Brasil. Queremos cruzar fronteiras.”

Outras editoras do Estado ficaram de fora da feira em decorrência dos altos custos, fato que gerou polêmica na mídia na última semana. Para o escritor e editor Carlos Henrique Schroeder, de Jaraguá do Sul, só vale a pena participar da Bienal quem tem boa estrutura. Ele critica o valor cobrado pelo evento para a montagem de estandes. “O metro quadrado custa R\$ 470”, critica. “Por isso a gente tem essa postura de não ir.”



Paulo Markun. Preocupação de atender a diversidade de público

Meio-mané é um dos curadores

O jornalista e escritor Paulo Markun, 59, se considera um manezinho. Há 14 anos ele se divide entre morar em Florianópolis e em São Paulo. “Se bem que ultimamente estou mais em São Paulo”. Markun é um dos três curadores da Bienal do Livro, junto ao jornalista Zeca Camargo e o diretor do Museu da Língua Portuguesa, Antonio Carlos de Moraes Santini. “O objetivo foi atender a diversidade do público que vai à bienal. Tinha que ser uma programação de caráter cultural, mas de interesse público”, diz ele, lembrando que o evento deve receber até 800 mil pessoas este ano — “nem todas com intimidade com a literatura”, ressalta.

Markun ficou responsável pela organização do Salão de Ideias, espaço que oferece um panorama do mundo do livro e suas conexões com a atualidade. “A gente procurou juntar as pessoas com opiniões opostas sobre um mesmo tema”, comenta. Nessa linha, a partir de temas atuais, foram organizadas discussões e lançamentos afins.

Diário Catarinense - Moacir Pereira

"Educação e futuro: Nivelando por baixo"

Congresso Nacional / Lei das Cotas / Vagas em universidades federais / Escolas públicas / Reitores / Investimentos no ensino fundamental / Coréia do Sul / Fundações educacionais do interior catarinense/ Sistema Acafe / Ameaça de extinção / Professores da rede estadual

Educação e futuro: nivelando por baixo

Três fatos políticos registrados esta semana voltam a mostrar que a educação é prioridade dos políticos só na retórica das campanhas. Resumindo:

1 O Congresso Nacional aprovou projeto que reserva 50% das vagas nas universidades federais para alunos do ensino público. Ao invés de investimentos maciços no ensino fundamental, porta aberta para os incompetentes. Rigorosamente na contramão da história, ignorando experiências bem-sucedidas em outros países.

Durante cobertura jornalista que fiz a missões de Santa Catarina à Coreia do Sul, muitas realidades positivas saltavam aos olhos. Uma delas, a perfeita sintonia entre as universidades e a iniciativa privada.

Outra, as mudanças no perfil educacional do povo. A Coreia do Sul, arrasada pela guerra, tinha 35% de analfabetos na década de 1950. Canalizou bilionários recursos para a educação básica e depois ao ensino superior.

Hoje, mais de 70% dos habitantes frequentam universidades, com grande parcela concentrada em pesquisas. Equipamentos pesados são coreanos, veículos resistentes e modernos vêm da Coreia e seus eletrônicos avançam no mercado mundial.

Aqui no Brasil, não se procura melhorar o nível do ensino médio público. Apela-se para a demagogia e o populismo, garantindo matrículas nas universidades para gente despreparada.

2 Centenas de milhares de executivos de alto nível, profissionais liberais e técnicos de gabarito frequentaram as fundações educacionais do interior catarinense. A maioria, trabalhando de dia e estudante de noite. Muitos, como ocorre até hoje, viajando até duas horas para cursar estas universidades construídas com esforço comunitário. Modelo para o Brasil que agora está ameaçado de pulverização e até de extinção, como alerta o presidente do Sintespe, Marcelo Batista de Souza, em carta à presidente Dilma, pedindo para que revogue os vetos a artigos da Medida Provisória 559, desconsiderando acordos ministeriais e partidários. O governo federal nada fez pelo ensino comunitário e agora dá um tiro de morte no sistema Acafe.

3 Professores da rede estadual têm assembleia dia 15 de agosto, quarta-feira. O clima é de indignação. O governo estadual suspendeu as negociações que prometeu encaminhar após a greve. Fica tudo para depois das eleições. É a lei eleitoral, alega. Procura blindar seus candidatos, acusa o Sinte. Não paga reajuste do piso, nada anuncia depois de três meses e a única boa notícia é o concurso.

Convergência entre governo e professores, produtiva em outros países, aqui é sonho impossível. No esforço da Coreia, professor que aprova os alunos qualificados é promovido. Se for reprovado, rua.

Avaliação, aqui, nem pensar. No lugar do mérito, a promoção automática do tunante. E depois querem medalhas nas olimpíadas.

"Educação: Campus em Blumenau está no papel"

Ministério da Educação / Universidade federal em Blumenau / Furb / Reitor João Natel / UFSC / Reitora Roselane Neckel / Plano Nacional de Educação / Presidente Dilma Rousseff

EDUCAÇÃO

Campus em Blumenau está no papel

Um ano depois do anúncio, universidade federal deveria funcionar no segundo semestre deste ano

RAQUEL VIEIRA *

Blumenau

Desde 10 de agosto do ano passado, quando o Ministério da Educação confirmou a instalação de uma universidade pública gratuita em Blumenau, não surgiram novos motivos para comemorar. A principal trava para o avanço da proposta está na indefinição quanto ao modelo de federalização.

Diante da falta de consenso entre Furb e UFSC, restou ao Ministério da Educação (MEC) encontrar uma solução para o caso. O processo aguarda por resposta há um mês, enquanto a promessa era resolver o impasse em uma semana.

O reitor da Furb, João Natel, esperava estar com a universidade federal funcionando no segundo semestre de 2012. Ele elenca os empecilhos encontrados no caminho à federalização:

– Mudou a reitoria da UFSC, trocou o titular do Ministério da Educação e os servidores federais estão em greve. Tudo isso atrapalha. Além do mais, o processo envolve decisões coletivas por parte das instituições e isso tende a ser mais demorado – explica.

A reitora da UFSC, Roselane Neckel, disse, por meio da assessoria de imprensa, que o assunto está em pauta na universidade federal:

– Desde que assumi, em 10 de maio, discutir a proposta feita pela Furb tem sido uma das nossas prioridades – garante.

A coordenadora de Planejamento da Furb, Flávia Keller Alves, sente falta de vontade política dos representantes da região para resolver. O clima na universidade é de instabilidade:

– Para o futuro da instituição, temos dois rumos a seguir. Continuar no modelo atual, com alunos pagando mensalidade, ou ter financia-

mento federal. Nosso planejamento é voltado para o modelo atual, não podemos contar com a federalização porque ainda é dada como incerta – explica a coordenadora.

O anúncio oficial do Plano Nacional de Educação, incluindo a criação de um campus da UFSC em Blumenau, foi feito em 16 de agosto de 2011, pela presidente da República Dilma Rousseff, em Brasília.

O sinal de apoio da comunidade acadêmica foi claro: em duas passeatas, mais de 10 mil pessoas foram às ruas clamar pela universidade federal. A mobilização foi maior ainda na internet. Em menos de uma semana, o Movimento Sou Pela Furb Federal uniu 27 mil pessoas no Facebook.

No Facebook, apoio à causa ainda tem 24 mil pessoas

Ao longo dos últimos 12 meses, porém, a dúvida levou alguns dos apoiadores do movimento a desistirem. Hoje, a página na rede social tem 24 mil adeptos. O integrante da coordenação colegiada do Comitê Pró-Federalização, Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira, se diz supresso com o número de pessoas que segue apoiando a causa.

– É claro que o número ia cair diante de um ano de idas e vindas. Ainda me surpreendo com o apoio. Diante disso, tenho certeza de que conseguimos uma vitória. Uma universidade federal em Blumenau é irreversível, basta implementar – avalia Jorge Gustavo.

O MEC informou na sexta-feira, por meio da assessoria de imprensa, que o caso segue em análise. A expectativa do ministério é ter novidades nesta segunda-feira.

reportagem@diario.com.br

* Colaborou Giovana Pietzacka

Entenda o caso

2011

JUNHO

9 A presidente Dilma Rousseff participa da entrega de casas em Blumenau, onde diz desconhecer projeto de federalização da Furb

AGOSTO

10 Reitor da Furb, João Natel, posta no Twitter que o MEC havia confirmado uma universidade federal em Blumenau

13 Movimento Sou Pela Furb Federal, criado via Facebook, promove passeatas pelo Centro

16 Dilma Rousseff anuncia a criação de um campus da UFSC em Blumenau. Lideranças políticas negociam que o campus possa surgir a partir da Furb e MEC dá prazo de 30 dias para que um plano de fusão seja encaminhado

25 Comitê da UFSC visita a Furb para conhecer estrutura e encaminhar incorporação

SETEMBRO

16 MEC adia prazo para entrega do projeto devido à enchente no Vale e não para novo reitor da UFSC

OUTUBRO

28 UFSC apresenta proposta de fusão em Blumenau. A expectativa era que ensino gratuito começasse segundo semestre de 2012

DEZEMBRO

● UFSC protocola no MEC projeto que prevê 10 cursos com incorporação gradativa a partir de 2012

2012

FEVEREIRO

27 Proposta apresentada gera descontentamento entre lideranças do Comitê Pró-Federalização da Furb e do Movimento Sou Pela Furb Federal, porque o texto não fala em cessão de professores, alunos e patrimônio

MARÇO

14 Comitê da Furb participa de uma reunião do Conselho Universitário da UFSC, onde é apresentado o projeto protocolado no MEC, em dezembro de 2011

31 Furb apresenta modelo de tutoria, que descarta implantação do campus da UFSC



VIDEOMONITORIAS/REYNOLDO L. BASTOS

JUNHO

20 Após UFSC rejeitar proposta da Furb, alegando dificuldades técnicas, tores das universidades se reúnem com Secretaria de Educação Superior e ficam de apreensão proposta conjunta

JULHO

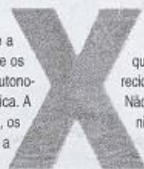
10 Sem acordo, Furb e UFSC recorrem ao MEC para definir um melhor modelo para federalização. Ministério pede prazo de uma semana, mas cumpre prazo alegando dificuldades com a greve dos servidores

O porquê da demora

A indefinição quanto ao modelo de federalização é o principal impasse para o andamento do projeto. Entenda o que propõe cada universidade:

FURB

Modelo de tutoria prevê que a União absorva o patrimônio e os servidores, mas mantém a autonomia administrativa e acadêmica. A partir da sinalização do MEC, os alunos já matriculados teriam a gratuidade do ensino



UFSC

Modelo de incorporação prevê que as vagas gratuitas sejam oferecidas apenas mediante vestibular. Não contempla cessão do patrimônio e a cedência dos professores e servidores. Faria a Furb desaparecer gradualmente

A Notícia Estado

“UFSC em Blumenau: Projeto parado há um ano”

Ministério da Educação / Universidade federal em Blumenau / Furb / Reitor João Natel / UFSC / Reitora Roselane Neckel / Plano Nacional de Educação / Presidente Dilma Rousseff

UFSC em Blumenau

Projeto parado há um ano

Desde 10 de agosto de 2011, quando o Ministério da Educação confirmou a instalação de uma universidade pública gratuita em Blumenau, não surgiram novos motivos para comemorar. A principal trava para o avanço da proposta está na indefinição quanto ao modelo de federalização. Diante da falta de consenso entre Furb e UFSC, restou ao Ministério da Educação (MEC) solucionar caso. O processo aguarda por resposta há um mês, enquanto a promessa era resolver impasse em uma semana.

O reitor da Furb, João Natel, esperava estar com a universidade federal funcionando ainda neste semestre. Ele elenca os empecilhos encontrados no caminho à federalização: “Mudou a reitoria da UFSC, trocou o titular do MEC

e os servidores federais estão em greve. Tudo isso atrapalha. Além do mais, o processo envolve decisões coletivas por parte das instituições e isso tende a ser mais demorado”, explica.

A reitora da UFSC, Roselane Neckel, disse, por meio da assessoria de imprensa, que o assunto está em pauta na universidade federal: “Desde que assumi, em 10 de maio, discutir a proposta feita pela Furb tem sido uma das nossas prioridades”, garante.

A coordenadora de Planejamento da Furb, Flávia Keller Alves, sente falta de vontade política dos representantes da região para resolver. “Para o futuro da instituição temos dois rumos a seguir. Continuar no modelo atual, com alunos pagando mensalidade, ou ter financiamento federal.”



PROMESSA

Em 2011, a presidente Dilma apresentou plano para Blumenau

O PORQUÊ DA DEMORA

Indefinição quanto ao modelo de federalização é o principal impasse.

Furb

Modelo de tutoria prevê que a União absorva o patrimônio e os servidores, mas mantém a autonomia administrativa e acadêmica. A partir da sinalização do MEC, os alunos já matriculados teriam a gratuidade do ensino.

UFSC

Modelo de incorporação prevê que as vagas gratuitas sejam oferecidas apenas mediante vestibular. Não contempla cessão do patrimônio e a cedência dos professores e servidores. Faria a Furb desaparecer gradualmente.

Mobilização nas ruas e na internet

O anúncio oficial do Plano Nacional de Educação, incluindo a criação de um campus da UFSC em Blumenau, foi feito em 16 de agosto de 2011, pela presidente Dilma Rousseff, em Brasília. O sinal de apoio da comunidade acadêmica foi claro: em duas passeatas, mais de dez mil pessoas foram às ruas clamar pela universidade federal. A mobilização foi maior ainda na internet. Em menos de uma semana, o Movimento Sou Pela Furb Federal uniu 27 mil pessoas no Facebook.

Ao longo dos últimos 12 meses, porém, a dúvida levou alguns dos apoiadores do movimento. Hoje, a página na rede social tem 24 mil adeptos. O integrante da coordenação colegiada do Comitê Pró-Federalização, Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira, se diz surpreso com o número de pessoas que continua apoiando a causa. “É claro que o número ia cair diante de um ano de idas e vindas. Ainda me surpreendo com o apoio”, diz.

O MEC informou que o caso continua em análise. A expectativa do ministério é ter novidades nesta segunda-feira.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.